



INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2022 e 2021

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC-TG editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade





SUMÁRIO

Relatório do Auditor Independente -----	03
Balanço Patrimonial -----	06
Demonstração do Resultado -----	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido -----	09
Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados -----	09
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) -----	10
Notas explicativas -----	11



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Diretores da
INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A – IMA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Destacamos que as demonstrações contábeis da Informática de Municípios Associados S/A - IMA, em 31 de dezembro de 2022, indicam prejuízos acumulados de R\$ 44.692 mil e capital circulante negativo de R\$ 2.959 mil, com prejuízo contábil no exercício de R\$ 6.798 mil. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma companhia no curso normal de suas atividades, pressupondo a realização dos seus ativos e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas operações. Assim, os aspectos mencionados neste Relatório devem ser considerados em uma avaliação da continuidade normal das operações da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando os assuntos quando aplicável, relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais



relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 13 de março de 2023.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC – 2SP 017.676/O-8

CNAI PJ – 000155

HUGO FRANCISCO SACHO

CRC – 1SP 124.067/O-1

**BALANÇO PATRIMONIAL – EM R\$ 1,00**

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		84.117.546	115.958.316
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.411.649	3.357.384
Contas a receber de clientes	5	9.694.560	6.614.345
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5.1	(12.143)	(3.031)
Contratos com clientes	5.2	68.397.363	103.913.047
Adiantamentos		475.170	490.490
Estoques		24.873	37.730
Tributos a recuperar	6	112.775	179.308
Tributos a restituir	6	1.996.381	1.335.789
Despesas antecipadas		16.918	33.254
NÃO CIRCULANTE		142.659.841	141.850.493
Outros créditos		136.540.127	134.243.184
Créditos a compensar		205.000	-
Contratos com clientes	5.2	14.326.665	8.094.214
Depósitos judiciais	18.2	454.952	971.688
Ativos especiais	11	6.081.564	9.705.336
Propriedades para investimentos	8	115.471.946	115.471.946
Imobilizado	9	3.965.758	4.611.816
Imobilizado		20.321.700	20.999.807
(-) Depreciação acumulada		(16.355.942)	(16.387.991)
Intangível	10	755.375	1.105.493
Intangível		5.958.566	5.959.525
(-) Amortização acumulada		(5.203.191)	(4.854.032)
Arrendamento	20	1.398.581	1.890.000
Imóvel		1.651.121	3.150.000
(-) Amortização acumulada		(252.540)	(1.260.000)
ATIVO TOTAL		226.777.387	257.808.809

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**BALANÇO PATRIMONIAL – EM R\$ 1,00****BALANÇO PATRIMONIAL - em R\$ 1,00**

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		87.076.797	119.460.897
Arrendamento	20	699.101	1.260.000
Fornecedores	12	2.028.843	1.077.158
Obrigações com clientes	5.2	68.397.363	103.913.047
Salários e obrigações sociais	13	9.394.989	7.365.755
Obrigações sociais - parcelamentos	15	833.992	1.377.701
Obrigações tributárias	14	1.589.893	1.187.433
Obrigações tributárias - parcelamentos	15	1.239.268	1.121.943
Cnpem - parcelamento	15	-	268.003
Acordos trabalhistas - parcelamentos	16	852.500	-
Acordo cível - parcelamentos	19	1.518.896	1.479.185
Adiantamentos		184.766	182.530
Impostos e contribuições diferidos	17	337.186	228.142
NÃO CIRCULANTE		29.323.473	22.075.366
Arrendamento	20	774.000	735.000
Obrigações tributárias - parcelamentos	15	2.458.236	3.344.542
Obrigações sociais - parcelamentos	15	195.371	942.867
Acordo trabalhista - parcelamento	16	624.166	-
Acordo cível - parcelamentos	19	7.467.906	7.560.833
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	18.2	1.253.254	1.397.910
Receita diferida	27	2.223.875	-
Obrigações com clientes	5.2	14.326.665	8.094.214
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.377.117	116.272.546
Capital social	21	155.069.142	155.069.142
Prejuízos acumulados	22	(44.692.025)	(38.796.596)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		226.777.387	257.808.809

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – EM R\$ 1,00**

	Nota	2022	2021
Receita líquida dos serviços	23	92.410.555	80.495.931
Custos dos serviços prestados		(70.255.980)	(58.524.336)
Lucro bruto		22.154.575	21.971.595
Outras receitas (despesas) operacionais		(26.466.814)	(4.598.509)
Administrativas	24	(24.809.174)	(21.718.473)
Reversão de provisões	18.2	349.694	26.659.002
Perdas por estimativa para créditos de liquidação duvidosa		(12.143)	(5.850)
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias		(1.797.439)	(9.483.108)
Outras Receitas (Despesas)	25	(110.553)	30.710
Despesas tributárias		(87.199)	(80.790)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(4.312.239)	17.373.086
Resultado líquido das receitas (despesas) financeiras	26	(2.485.569)	(1.134.884)
Receitas Financeiras		310.294	169.004
Despesas Financeiras		(2.795.863)	(1.303.888)
Lucro (Prejuízo) do exercício		(6.797.808)	16.238.202

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EM R\$ 1,00**

		Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2020		41.209.553	(1.612.357)	118.667.758	(55.392.233)	102.872.721
Ajustes de exercícios anteriores	22.1	-	-	-	357.435	357.435
Aumento (redução) do capital social	21.1	(1.612.357)	1.612.357	-	-	-
Integralização de capital	21.2	115.471.946	-	-	-	115.471.946
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.238.202	16.238.202
Reserva de capital	21.2	-	-	(118.667.758)	-	(118.667.758)
SALDOS EM 31/12/2021		155.069.142	-	-	(38.796.596)	116.272.546
Ajustes de exercícios anteriores	22.1	-	-	-	902.379	902.379
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(6.797.808)	(6.797.808)
SALDOS EM 31/12/2022		155.069.142	-	-	(44.692.025)	110.377.117

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS PREJUÍZOS ACUMULADOS – EM R\$ 1,00

	Nota	2022	2021
Saldo inicial de prejuízos acumulados		(38.796.596)	(55.392.233)
Ajustes de exercícios anteriores	22.1	902.379	357.435
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(6.797.808)	16.238.202
(=) Saldo final de prejuízos acumulados		(44.692.025)	(38.796.596)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – EM R\$ 1,00**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	2022	2021
Resultado do período		(6.797.808)	16.238.202
Depreciações e amortizações	9 e 10	5.187.946	5.214.451
Perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa	5.1	12.143	3.031
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	18.2	(144.656)	430.880
Reversões de provisões para contingências	18.2	(349.694)	(24.186.772)
Ajuste de exercícios anteriores	22.1	902.379	357.435
Cancelamento de ações ordinárias	21.1	-	1.612.357
Lucro ou Prejuízo líquido ajustado		(1.189.690)	(330.416)
Aumento (redução) nas contas do ativo		2.971.362	6.307.048
Contas a receber	5	2.733.552	2.228.865
Adiantamentos		(15.320)	(37.330)
Propriedades para investimentos	8	-	3.195.812
Outros ativos		253.130	919.701
Aumento (redução) nas contas do passivo		4.783.315	1.940.982
Fornecedores	12	921.205	(1.102.580)
Salários e obrigações sociais	13	2.029.234	(2.939.407)
Obrigações tributárias	14	402.460	(8.086)
Parcelamentos tributários	15	(2.328.189)	(2.976.637)
Parcelamentos acordos trabalhistas	16	1.476.666	9.040.018
Parcelamentos processos cíveis	19	(53.216)	(79.258)
Impostos e contribuições diferidas	17	109.044	-
Outros passivos		2.236	6.932
Receitas diferidas	27	2.223.875	-
Geração (utilização) operacional de caixa		622.263	7.917.614
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Movimentação líquida do imobilizado e intangível	9 e 10	(567.998)	(863.083)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos		(567.998)	(863.083)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de capital	21.1	-	113.859.589
Reserva de capital	21.2	-	(118.667.758)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		-	(4.808.169)
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA		54.265	2.246.362
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	4	3.357.384	1.111.022
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	4	3.411.649	3.357.384
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA		54.265	2.246.362
As notas explicativas integram as demonstrações contábeis			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM R\$ 1,00)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Informática de Municípios Associados S/A – IMA é uma sociedade anônima de economia mista de capital social fechado, domiciliada na cidade de Campinas-SP, constituída nos termos da Lei Municipal nº 4.635, de 09 de julho de 1.976. O acionista controlador é a Prefeitura Municipal de Campinas, com 99,97% das ações. Tem como finalidade a prestação de serviços de tecnologia da informação, comunicação, telecomunicações, atendimento e teleatendimento, serviços gráficos, imprensa oficial do Município de Campinas, serviços de compra, aluguel e venda de imóveis próprios, gestão e administração da propriedade imobiliária, atuando em estreita parceria com a administração pública, na busca de melhores resultados na gestão de serviços públicos.

Em 06 de dezembro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da IMA, mediante a transferência de trinta e dois terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal de Campinas.

Em 08 de janeiro de 2021, dos 32 terrenos recebidos, foram averbados 31 (trinta e um), com registros no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. Desta forma, a IMA efetuou no exercício, a integralização ao capital social no valor de R\$ 115.471.946 (cento e quinze milhões, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e seis reais) correspondente a 115.471.946 ações ordinárias nominativas para acionista Prefeitura Municipal de Campinas.

Em 16 de outubro de 2021, foram canceladas 1.612.357 (um milhão, seiscentos e doze mil, trezentos e cinquenta e sete) ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada ação, em decorrência do fim do prazo de 48 meses para integralização ao capital social, conforme disposto na resolução 1, da Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 16 de outubro de 2017.

Em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade, não integralizar como capital social na IMA, o último terreno que faltava, registrado sob matrícula 74850, no valor de R\$ 3.195.812 (três milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e doze reais), devido a não averbação, sendo o saldo do referido imóvel, baixado da conta de Reserva de Capital, em contrapartida à conta de Propriedade para Investimentos.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as Normas Brasileiras de Contabilidade Completas - NBC TGs, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e aplicadas às empresas em geral.

A moeda funcional da empresa é o Real. As demonstrações foram preparadas em reais e os saldos foram arredondados em unidade de Real (R\$1,00), exceto quando indicado de outra forma.



2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da IMA use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, estimativas para perdas com créditos de liquidação duvidosa e provisões com processos trabalhistas, cíveis e tributários, assim, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A IMA revisa as estimativas e as premissas anualmente.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, estão incluídas na nota explicativa nº 18 – Provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que são processos de resultado incerto quanto a sua realização. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, e não havendo mais possibilidade de recurso pela parte contrária, o ativo relacionado não é mais classificado como ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas demonstrações contábeis.

2.3. Data de autorização

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis e as disponibilizou em 06 de março de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa - Os valores contabilizados representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata auferidos até a data do balanço. Os recursos recebidos do convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP é classificado como não reembolsável e seu uso está vinculado exclusivamente ao projeto de implantação do Parque Tecnológico.

3.2 Clientes – Registrados pelas respectivas transações na data de sua ocorrência, ou seja, pelo regime de competência. A perda por estimativa com créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe evidência que a IMA não receberá todos os valores devidos, de acordo com as condições originais de seus contratos celebrados com clientes, do histórico passado de pagamentos, do risco de crédito do cliente e da perspectiva de honrar os compromissos futuros. A perda por estimativa com créditos de liquidação duvidosa é constituída para títulos vencidos há mais de 60 (sessenta) dias, traduzindo o real valor de seus ativos.

3.3 Contratos com clientes – Os saldos dos contratos com clientes firmados pela IMA são reconhecidos no ativo circulante e no ativo não circulante como direitos que empresa espera ter em troca da transferência de serviços a realizar; e no passivo circulante e passivo não circulante, como obrigação que a empresa espera ter com serviços a prestar.



3.4 Estoques – Avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição. Quando superiores ao valor de mercado é constituída a perda estimada para redução ao valor recuperável, com base na análise dos estoques, tempo de permanência e seu montante é avaliado pela Administração.

3.5 Propriedade para investimentos – Propriedades recebidas do acionista controlador e integralizadas ao capital social da IMA, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 06 de dezembro de 2019, e autorizado pelo Executivo Municipal. Tais propriedades não são mantidas para venda.

3.6. Imobilizado – São demonstrados pelo custo histórico de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base em taxas que consideram a vida útil econômica estimada dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há comprovação de aumento nos benefícios econômicos. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado quando incorrido.

3.7. Arrendamento – Quando o contrato celebrado junto a terceiro possui característica de arrendamento e se identifica o direito de controlar o uso de um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, o reconhecimento é realizado no Ativo, em contrapartida no Passivo - Arrendamento.

3.8. Apuração do resultado – As receitas são reconhecidas em valores que refletem a contraprestação à qual a IMA espera ter direito, pela transferência de bens ou serviços aos clientes, obedecendo ao regime de competência, na medida da prestação dos serviços junto aos clientes. Os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

3.9. Capital social - Composto por ações ordinárias. Quando há Lucros Acumulados e/ou Reservas de Lucros, os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos no Passivo, até a definição em Assembleia Geral Ordinária, quanto à distribuição aos acionistas ou a incorporação ao capital social da empresa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	2.230.140	2.327
Aplicações financeiras:		
Banco Brasil - Aplicação BB Supremo (i)	<u>1.181.509</u>	<u>3.355.057</u>
	<u>3.411.649</u>	<u>3.357.384</u>

As aplicações financeiras são representadas por:

- (i) BB Curto Prazo Supremo Setor Público - Fundo de renda fixa de curto prazo, indicado para o setor público, com liquidez e rentabilidade diárias, indexados ao CDI/Selic.

5. CLIENTES

5.1 Clientes

Os principais clientes da IMA são:



Clientes	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campinas	8.845.240	6.099.838
Fundação Municipal Educação Comunitária - Fumec	241.499	-
Empresa Municipal Desenvolvimento de Campinas-Emdec	188.127	159.026
Hospital Municipal Dr. Mário Gatti	178.193	141.992
Instituto Previdência Social do Mun. de Campinas -Camprev	64.445	77.441
Município de São José dos Campos	53.726	51.168
Centrais de Abastecimento de Campinas-Ceasa	29.035	18.857
Serviços Técnicos Gerais-Setec	26.141	7.873
Companhia de Habitação Popular de Campinas - Cohab	6.436	6.021
Município de Americana	849	757
Município de Nova Odessa	828	4.547
Demais Valores	60.041	46.825
	9.694.560	6.614.345
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(12.143)	(3.031)
	9.682.417	6.611.314

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Exercícios	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos				Total
		< = 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	> 90 dias	
31/12/21	6.592.002	13.672	5.640	758	2.273	6.614.345
31/12/22	9.393.091	203.220	4.192	4.082	89.975	9.694.560

5.2 Contratos com Clientes

A NBC TG 47 dispõe sobre a receita de contrato com cliente. Esta norma estabelece um modelo que deve ser aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a norma, as receitas são reconhecidas em valores que refletem a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente.

Assim, os saldos dos contratos com clientes firmados pela IMA estão registrados no ativo circulante e no ativo não circulante como direitos que a empresa espera ter em troca da transferência de serviços a realizar, e no passivo circulante e passivo não circulante, como obrigação que a empresa espera realizar os serviços, conforme demandas.

O quadro abaixo apresenta os saldos no “circulante” (ativo e passivo) e no “não circulante” (ativo e passivo):

**CONTRATOS COM CLIENTES**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prefeitura Municipal de Campinas	69.753.155	101.009.327
Administrações Indiretas da PMC	12.368.974	10.424.437
Outros Clientes	601.899	573.497
	82.724.028	112.007.261
Circulante	68.397.363	103.913.047
Não circulante	14.326.665	8.094.214

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RESTITUIR

Tributos a recuperar são constituídos decorrentes da retenção sobre notas fiscais de serviços prestados e compensados com tributos devidos.

Tributos e Contribuições a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
CSLL	21.753	56.910
IRRF	91.022	122.398
	112.775	179.308
Circulante	112.775	179.308

Tributos e Contribuições a restituir

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
COFINS	164.156	156.131
CSLL	69.644	69.644
IRPJ	818.765	1.110.014
Contribuições previdenciárias	943.816	-
	1.996.381	1.335.789
Circulante	1.996.381	1.335.789

Os tributos a restituir se referem a recuperação de crédito relativo aos exercícios de 2012 a 2015, levantados com base na reversão da adição das despesas de PIS e de COFINS diferidas, conforme determina o art. 7º da Lei 9.718/98, de levantamento sobre bases negativas da CSLL e IRPJ em decorrência da imunidade tributária (artigo 150, inciso VI, alínea d, da Constituição Federal do Brasil) e de recuperação das contribuições previdenciárias patronal inexigível sobre salário maternidade, aviso prévio indenizatório, auxílio doença e auxílio creche.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**7.1 – Prefeitura Municipal de Campinas**

O reconhecimento das receitas faturadas e a faturar em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são assim compostas:



Cientes - Parte Relacionada	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campinas		
Serviços faturados e pendentes de recebimento	1.782.389	2.004.464
Serviços a faturar (i)	7.062.851	4.095.374
	8.845.240	6.099.838

(i) Reconhecimento dos serviços prestados das competências de dezembro de 2022 e 2021.

A composição com partes relacionadas são:

	Ativo circulante		Receitas	
	2022	2021	2022	2021
Prefeitura Municipal de Campinas	8.845.240	6.099.838	92.343.197	81.143.482
Demais empresas e entidades municipais	849.320	514.507	8.466.832	6.919.970
	9.694.560	6.614.345	100.810.029	88.063.452
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(12.143)	(3.031)		
	9.682.417	6.611.314		

7.2 Contratos de Prestações de Serviços

A IMA mantém contratos de prestações de serviços firmados com a Prefeitura Municipal de Campinas, órgãos da administração indireta de Campinas e com outras Prefeituras do Estado.

Sobre os serviços prestados à Prefeitura de Campinas, são contratos de valores fixos (storage, softwares, direito de uso de sistemas, service desk, projetos técnicos, artes digitais e publicação do Diário Oficial) e de valores variáveis (e-mail, hospedagem, desenvolvimento de softwares, conectividade, atendimento, digitalização, artes digitais e serviços gráficos), conforme a demanda do cliente.

A Prefeitura Municipal de Campinas representou 92% do faturamento bruto da IMA no exercício de 2022 e 2021.

Os contratos de prestações de serviços firmados com a Prefeitura Municipal de Campinas são:

**Contratos de Prestações de Serviços com a Prefeitura Municipal de Campinas**

Área de negócio	Contrato	Modalidade	Descrição	Vigência até	Saldos em	
					31/12/2022	31/12/2021
Infraestrutura e Data Center	001/2018	Storage	Armazenamento de dados	Jan/2023	-	160.320
	107/2021	E-mail	Gestão de e-mail - Contas Individuais/Grupo	Jul/2023	335.908	866.390
	109/2021	Hospedagem	Computação em nuvem privada	Jan/2023	5.556.899	14.284.130
					5.892.807	15.310.840
Desenvolvimento e Projetos	169/2019	Softwares	Direito de uso de sistemas	Jan/2025	1.643.051	2.226.352
	170/2019	Softwares	Suporte técnico e desenvolvimento	Jul/2022	-	42.082.685
	078/2022	Softwares	Suporte técnico e desenvolvimento	Jul/2023	14.417.641	-
					16.060.692	44.309.037
Suporte Técnico	110/2021	Service Desk	Suporte técnico de computadores	Jul/2023	1.168.756	3.132.000
					1.168.756	3.132.000
Telecomunicações	001/2021	Conectividade	Telecomunicação	Jul/2023	12.615.454	13.466.499
	108/2021	Projetos técnicos	Monitoramento e gerenciamento redes lógicas	Jul/2023	1.456.476	1.317.370
					14.071.931	14.783.869
Atendimento ao cidadão	097/2021	Atendimento	Digitação de documentos	Jun/2025	10.173.273	2.028.926
	112/2021	Atendimento	Atendimento Presencial	Jul/2023	13.494.952	12.307.838
	113/2021	Atendimento	Teleatendimento	Jul/2023	4.941.995	4.489.237
					28.610.220	18.826.001
GED e Serviços de Apoio	111/2021	Digitalização	Gerenciamento eletrônico de documentos	Jan/2023	2.434.826	3.148.869
					2.434.826	3.148.869
Diário Oficial e Artes Digitais	135/2021	Artes digitais	Publicação no Diário Oficial e Suplementos	Out/2023	546.045	496.089
	137/2021	Artes digitais	Serviços gráficos diversos sob demanda	Out/2026	967.878	1.002.622
					1.513.923	1.498.711
				Total	69.753.155	101.009.327

7.3 Remuneração dos Administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da IMA.

Conforme estabelece o Estatuto Social da IMA, a administração é composta por 8 (oito) membros do Conselho de Administração e 5 (cinco) membros da Diretoria Executiva.

A decisão de todas as operações da IMA é submetida à Diretoria e ao Conselho de Administração, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da IMA a que estavam subordinadas, em conformidade com art. 142 da Lei 6.404/76. Qualquer membro do Conselho de Administração da IMA é impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da IMA.



A IMA estabeleceu a Política de Transações com Partes Relacionadas através da Norma Administrativa nº 030, de 12 de abril de 2019, em consonância com o art. 8º da Lei nº 13.303/2016.

O quadro abaixo demonstra a composição da remuneração global bruta paga nos respectivos exercícios:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração dos administradores	2.630.861	2.359.963

Conforme disposto no Estatuto Social da IMA, os conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores executivos são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições. A IMA, por intermédio de advogado especialmente contratado, assegurará aos seus conselheiros e diretores, a defesa em eventuais processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da empresa.

A garantia prevista estende-se a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação da diretoria executiva da IMA.

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Lei Complementar nº 238, publicada no Diário Oficial do Município em 15 de outubro de 2019, autorizou o Município de Campinas a transferir para a IMA, trinta e dois terrenos no valor total de R\$ 118.667.758 (cento e dezoito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e oito reais) para fins de integralização e aumento do capital social da IMA (vide nota explicativa 21.2). Estes imóveis estão classificados no Ativo não Circulante como Propriedades para Investimentos, em observância ao que dispõe NBC-TG 28 (R4).

Em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade, não integralizar ao capital social da IMA o único imóvel que faltava, o terreno de matrícula 74850, no valor de R\$ 3.195.812 (três milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e doze reais), devido a não averbação, cujo saldo foi baixado da conta de Reserva de Capital, em contrapartida à conta de Propriedade para Investimentos. Com isso, o saldo de Propriedade para Investimentos no encerramento do exercício, ficou em R\$ 115.471.946 (cento e quinze milhões, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e seis reais).

9. IMOBILIZADO

Classes do imobilizado	2022			2021	% taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Instalações	-	-	-	8.817	10%
Móveis e Utensílios	1.156.118	(872.787)	283.331	158.535	10%
Máquinas e Equipamentos	2.176.883	(1.772.932)	403.951	550.334	10%
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	1.329.134	(862.848)	466.286	599.201	10%
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	2.264.511	(718.460)	1.546.051	1.536.641	10%
Equipamentos de Informática	13.366.240	(12.100.101)	1.266.139	1.568.198	20%
Benfeitorias em Bens Terceiros	-	-	-	190.090	20%
Veículos	28.814	(28.814)	-	-	20%
	<u>20.321.700</u>	<u>(16.355.942)</u>	<u>3.965.758</u>	<u>4.611.816</u>	



A IMA efetuou testes de *impairment*, conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, visando identificar se algum de seus ativos ou conjunto de ativos sofreram desvalorizações. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos, asseguram que estão registrados contabilmente por valores, que não excedem seus valores recuperáveis, não sendo necessário ajustes de perdas por desvalorização.

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Classes do Imobilizado	2021	Movimentação do exercício			2022
	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Líquido
Instalações	8.817	-	(6.187)	(2.630)	-
Móveis e Utensílios	158.535	193.396	(13.729)	(54.871)	283.331
Máquinas e Equipamentos	550.334	74.590	(19.896)	(201.077)	403.951
Máquinas e Equipamentos-Fibra Óptica	599.201	-	-	(132.915)	466.286
Benfeitorias em Bens Terceiros-Fibra Óptica	1.536.641	231.489	-	(222.079)	1.546.051
Equipamentos de Informática	1.568.198	270.374	(4.395)	(568.038)	1.266.139
Benfeitorias em Bens Terceiros	190.090	-	(156.685)	(33.405)	-
	4.611.816	769.849	(200.892)	(1.215.015)	3.965.758

10. INTANGÍVEL

Classe do intangível	2022			2021	% taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Programas de computadores	5.958.566	(5.203.191)	755.375	1.104.534	20%
Marcas e patentes	-	-	-	959	
	5.958.566	(5.203.191)	755.375	1.105.493	

Síntese da movimentação do ativo intangível:

Classe do Intangível	2021	Movimentação do exercício			2022
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Líquido
Programas de computadores	1.104.534	-	-	(349.159)	755.375
Marcas e patentes	959	-	(959)	-	-
	1.105.493	-	(959)	(349.159)	755.375

A IMA também realizou teste de *impairment* nos ativos intangíveis, em atendimento à norma NBC TG 01 (R4), estando registrados contabilmente, em valores inferiores aos seus valores recuperáveis.

11. ATIVOS ESPECIAIS

A Lei nº 15.572, de 19 de março de 2018, autorizou a Informática de Municípios Associados – IMA a utilizar bens intangíveis definidos como programas de computador (softwares), de propriedade do município de Campinas, no



valor total de R\$ 23.294.485, conforme laudo técnico preparado por empresa especializada, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei Federal 6.404/1976, destinado para o aumento do capital social da Informática de Municípios Associados – IMA.

Em cumprimento à Lei mencionada, os acionistas da IMA deliberaram em 26 de abril de 2018, pelo aumento do capital social, conforme Ata da AGO/AGE. Em contrapartida, a IMA registrou tais programas na rubrica de Ativos Especiais – Softwares destinados a venda e/ou comercialização, no Ativo Não Circulante.

Esses softwares já faziam parte das receitas e do escopo de serviços exclusivos da IMA à Prefeitura do Município de Campinas.

Como detentora do direito intelectual, a IMA pode efetuar a venda e comercialização desses softwares a outras prefeituras e autarquias, que estão sujeitas em sua maioria, ao cumprimento de obrigações principais e acessórias atendidas por esses intangíveis. Os valores foram apropriados pelo critério de geração de renda, ou seja, pela capacidade de gerar receitas e sua projeção de valor no período explícito da vida útil esperada para geração de benefícios à IMA. O fluxo de receitas se baseou em relatório de receitas por software disponibilizado pela IMA, e opinião técnica sobre a vida útil econômica esperada.

Foi adotada a amortização pelo método linear, durante a vida útil econômica estimada, sem valor residual.

Classe ativos especiais	2022			2021	% taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Softwares para venda	23.294.485	(17.212.921)	6.081.564	9.705.336	15,6%

Classe ativos especiais	2021	Movimentação do exercício			2022
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Líquido
Softwares para venda	9.705.336	-	-	(3.623.772)	6.081.564

12. FORNECEDORES

	2022	2021
Fornecedores	2.028.843	1.077.158
	2.028.843	1.077.158

Os principais fornecedores são: prestadores de serviços para manutenção de acessos à internet, serviços de telefonia, licenças e manutenções de softwares, banco de dados, data-center e serviços de assistência.



13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

A composição das obrigações sociais são:

	2022	2021
Férias a pagar	5.199.111	4.847.125
INSS (i)	1.728.099	509.802
INSS sobre férias a pagar	991.335	927.546
CPRB-Contribuição previdenciária s/ receita bruta (i)	535.125	264.125
FGTS a recolher	493.861	385.122
FGTS sobre férias a pagar	415.929	387.770
Demais obrigações sociais	21.540	1.402
Pensão alimentícia	9.989	8.421
Rescisões	-	34.442
Total	9.394.989	7.365.755

- (i) As contribuições previdenciárias – patronal da competência de novembro 2022, 13º salário e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB, não foram liquidadas no vencimento por descaixe no fluxo de caixa.

O montante é de R\$ 1.299.983, sendo a contribuição previdenciária patronal R\$ 1.042.319 e CPRB R\$ 257.664, com valores atualizados até 31/12/2022.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações tributárias são:

	2022	2021
IRRF	1.102.663	747.598
COFINS	245.357	239.085
ICMS	85.339	104.323
PIS	53.161	51.802
Lei 10.833 (Pis, Cofins e CSLL)	28.361	21.882
INSS PJ	45.632	8.784
ISSQN	23.298	8.715
FUST	4.055	3.496
FUNTELL	2.027	1.748
Total	1.589.893	1.187.433

A IMA obteve autorização da Receita Federal do Brasil, para compensação de tributos e contribuições. A seguir, destacamos o montante dos tributos e encargos que foram compensados nos exercícios de 2022 e 2021.



Modalidades	Valores compensados	
	2022	2021
INSS patronal	-	286.230
CPRB	-	135.058
IRPJ	426.462	278.568
CSLL	39.356	140.989
	465.818	840.845

15. PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2022	2021
PGFN-Obrigação acessória	2.710.934	2.994.397
Previdenciário	725.558	1.799.131
COFINS	447.677	777.929
IRPJ-CSLL-PIS-COFINS-PERT-Lei 13.496/17	337.351	356.195
CPRB	303.807	521.436
ICMS	108.804	177.575
PIS	92.736	160.390
CNPEM - Acordo judicial	-	268.003
Total	4.726.867	7.055.056
Circulante	2.073.260	2.767.647
Não Circulante	2.653.607	4.287.409

Abaixo, a relação dos parcelamentos das obrigações:

**PARCELAMENTOS DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

ICMS	Valor Parcelado	Nº parcelas	Saldo a pagar	Curto prazo	Longo prazo
Parcelamento 1	360.430	60	109.696	87.757	21.939
Juros a incorrer			(892)	(714)	(178)
	360.430		108.804	87.043	21.761
Previdenciário					
Parcelamento 1	3.511.423	60	137.435	137.435	-
Parcelamento 2	1.668.431	60	483.084	410.334	72.750
Parcelamento 3	194.734	145	105.039	16.613	88.425
	5.374.588		725.558	564.382	161.175
Previdenciário desoneração - CPRB					
Parcelamento 1	1.707.503	60	303.807	269.610	34.196
RFB - PIS					
Parcelamento 1	209.127	60	52.809	48.202	4.607
Parcelamento 2	144.072	60	39.927	35.433	4.494
	353.199		92.736	83.635	9.103
RFB - COFINS					
Parcelamento 1	992.986	60	275.188	244.214	30.974
Parcelamento 2	664.949	60	172.489	163.538	8.951
	1.657.936		447.677	407.752	39.926
RFB - PERT - Lei 13.496/17 - IRPJ-CSLL-PIS-COFINS					
Parcelamento 1	724.773	150	337.351	52.865	284.486
PGFN - Papel Imune					
Parcelamento 1	3.544.787	84	2.710.934	607.973	2.102.960
TOTAL DOS PARCELAMENTOS	13.723.216		4.726.867	2.073.260	2.653.607

16. ACORDO TRABALHISTA

Processos	Valor			31/12/2022	31/12/2021
	principal	Parcelas	Vencimento final		
0011146-83.2015.5.15.0094	1.550.000	12 e 24	25/11/2024	1.476.666	-
Total	1.550.000			1.476.666	-
			Circulante	852.500	-
			Não Circulante	624.166	-

Acordo trabalhista homologado em 01 de dezembro de 2022, referente a salários, férias, 13º salário e aviso prévio devidos à reintegração da reclamante. Os valores incluem além das verbas, honorários advocatícios, impostos e contribuições previdenciárias.

17. CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

	2022	2021
COFINS diferida	277.139	187.514
PIS diferido	60.047	40.628
Total	337.186	228.142
Circulante	337.186	228.142

Diferimento de contribuições com base na LEI 9.718/1998 art. 7º.



18. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

18.1. Ações em que a IMA configura no Polo Ativo

A IMA possui em andamento alguns processos tributários por ela impetrados junto à União Federal os quais destacamos, conforme posição obtida junto empresa jurídica contratada, mencionadas as respectivas probabilidades de perda:

- a) Contribuição social previdenciária - inexigibilidade da cota patronal e das destinadas ao INCRA, SEBRAE, FNDE, SESC, SENAC sobre as verbas não remuneratórias, tais como o terço constitucional de férias, férias gozadas, adicionais noturnos, sobreaviso e insalubridade por horas extras, foram avaliados como probabilidade de perda provável.
- b) FGTS Lei Complementar nº 110 – inexigibilidade da contribuição social de 10%, incidente sobre o saldo de conta do FGTS, em caso de dispensa sem justa causa do empregado, no valor de R\$ 50.000, avaliado com probabilidade de perda possível.
- c) PIS\COFINS - inexigibilidade das contribuições sociais do PIS e da COFINS no tocante à inclusão do ISS em suas bases de cálculo, no valor de R\$ 50.000, avaliado com probabilidade de perda possível.
- d) RAT Alíquota - inexigibilidade da contribuição devida ao Seguro Acidente do Trabalho – SAT/RAT pela alíquota majorada nos termos do Decreto nº 6.957/09, no valor de R\$ 50.000, avaliado com probabilidade de perda possível.
- e) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS E COFINS - inexigibilidade das contribuições do PIS/COFINS com o valor do ICMS em suas bases de cálculo, avaliado com probabilidade de perda remota, não sendo reconhecido no Ativo Circulante o direito à compensação/restituição, aguardando o trânsito em julgado do processo.
- f) Exclusão do ICMS da base de cálculo da CPRB - inexigibilidade das contribuições da CPRB com o valor do ICMS em suas bases de cálculo, avaliados com probabilidade de perda provável.
- g) IRPJ Imunidade recíproca - Ação Declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes que tenha por conteúdo a exigência do Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica – IRPJ sobre as receitas da Autora decorrentes dos serviços públicos essenciais que realiza, declarando o direito da autora à imunidade recíproca, baseada no artigo 150, inciso VI, alínea “a” da Constituição Federal, no valor de R\$ 200.000, avaliados com probabilidade de perda possível.

18.2 Depósitos judiciais, passivos contingentes, divulgação dos processos de perda possível (NBC TG 25 - R2) e movimentação dos processos de perda provável:



	Depósitos judiciais		Contingências			
	Ativo não circulante		Prováveis		Possíveis	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ações trabalhistas	454.952	364.175	842.127	1.012.446	1.017.991	2.379.812
Ações cíveis	-	607.513	-	-	-	675.654
Ações tributárias	-	-	411.127	385.464	-	-
Total	454.952	971.688	1.253.254	1.397.910	1.017.991	3.055.466

Movimentação contingências prováveis

	2021	Adições	Baixas	Reversões	2022
Ações trabalhistas	1.012.446	302.128	(125.783)	(346.664)	842.127
Ações tributárias	385.464	25.663	-	-	411.127
Total	1.397.910	327.791	(125.783)	(346.664)	1.253.254

Depósitos judiciais: contabilizados no Ativo não Circulante, relativos aos processos:

- **Trabalhistas:** decorrentes de recursos ordinários, de revista e extraordinários, que montam em valor atualizado R\$ 454.952.
- **Cíveis:**
 - a) Interposição de ação rescisória contra acórdão exarado pelo TJSP, que condenou a IMA ao pagamento de indenização referente a utilização de softwares e equipamentos após a extinção do contrato administrativo. O depósito se refere à exigência legal de garantia do juízo, no importe de 5% do valor da causa. O depósito foi levantado em 23/02/2022, após celebração de acordo entre as partes.
 - b) Ação Anulatória de Crédito Tributário, que foi julgada improcedente pelo TRF3, condenando a IMA ao pagamento de multa por não cumprimento de obrigações acessórias relativas à imunidade tributária de papel utilizado em impressão gráfica. O depósito se refere à determinação judicial para conceder a suspensão da exigibilidade do crédito, evitando-se assim o início da execução fiscal. Em 26/07/2022 o valor de R\$ 205.000,00 foi transferido para União como parte de pagamento do acordo.

Passivos contingentes: contabilizados no Passivo não Circulante como Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias.

Conforme NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o contingenciamento do passivo de processos trabalhistas e cíveis foi submetido à análise pela Administração, a qual entende que o montante das provisões é suficiente para a cobertura de eventuais perdas, baseada na opinião dos assessores jurídicos.

- **Trabalhistas:** A IMA está envolvida em processos trabalhistas, decorrentes principalmente, de reclamações que tratam da reintegração de ex funcionários. Em volume menos expressivo, a Companhia também possui ações movidas por colaboradores terceirizados, que requerem verbas como horas extras, adicional noturno, periculosidade, insalubridade e outras verbas rescisórias, sendo que para os litígios classificados como de perda provável, foi constituída a provisão no total de R\$ 842.127. Em dezembro de 2022, houve a reversão da provisão de um processo trabalhista no valor R\$ 1.430.000 decorrente de acordo firmado entre as partes.
- **Cíveis:** referem-se a ações ordinárias e de cobrança. Dentre estes litígios, destaca-se a ação cível movida pela IBM, de cobrança cumulada com Rescisão de Contrato e Reintegração de Posse de softwares e



equipamentos, distribuída em 30 de janeiro de 2002 e com pedido de condenação, referente às cobranças do período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2002, no montante de R\$ 23.931.175. Esta ação foi classificada como de perda provável, pelos assessores jurídicos da empresa, a qual foi provisionada no Balanço Patrimonial de exercícios anteriores, e mantida até o exercício de 2020. Em 23 de setembro de 2021, a IMA, através de seus representantes legais, assinou o Cumprimento de Sentença nº 0025716-80.2020.8.26.0114. Nesse acordo, a credora aceitou receber, parceladamente, o montante de R\$ 8.100.000 mais honorários advocatícios de R\$ 900.000 – vide nota explicativa 18. Assim, em decorrência do Cumprimento de Sentença, houve a reversão total da provisão para esta contingência, no montante de R\$ 23.931.175, e o reconhecimento da Obrigação com Parcelamento, no montante total de R\$ 9.000.000.

- Tributário: em dezembro de 2021, a IMA constituiu provisão para contingências fiscais no montante de R\$ 385.464 (valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 R\$ 411.127), referente aos processos administrativos da Anatel de nºs 51508 e 2546448. Os processos estão na esfera administrativa, e trata-se de questionamentos do órgão fiscalizador ANATEL, em relação as receitas de telecomunicações contabilizadas nos exercícios de 2013 e 2014, respectivamente. Os advogados externos patrocinadores dos respectivos processos classificaram como risco de perda provável.
- O saldo de R\$ 346.664 são reversões decorrentes das avaliações de riscos elaboradas pelos advogados internos da IMA.

19. ACORDO PROCESSO CÍVEL

Em 23 de setembro de 2021, a IMA, através de seus representantes legais, assinou o Cumprimento de Sentença nº 0025716-80.2020.8.26.0114, referentes às parcelas vencidas do Contrato de Cessão de Uso de Programas nº 010/95 e dos Contratos de Locação de Máquinas nºs 007/95 e 008/95. Nesse acordo, a credora IBM aceitou receber em 85 (oitenta e cinco) parcelas o montante de R\$ 8.100.000 mais honorários advocatícios de R\$ 900.000. As parcelas são atualizadas pelo índice IPCA-E, a partir da data da assinatura do acordo, acrescidas de juros de 1% ao mês, calculado *pro rata die*. Os valores estão atualizados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Processos	Valor		Período vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
	principal	Parcelas					
0025716-80.2020.8.26.0114	8.100.000	85	out/21 a nov/28	8.088.122	8.134.848		
Honorários advocatícios	900.000	85	out/21 a nov/28	898.680	905.170		
Total	9.000.000			8.986.802	9.040.018		
			Circulante	1.518.896	1.479.185		
			Não Circulante	7.467.906	7.560.833		

20. CONTRATO DE ARRENDAMENTO

A IMA considerou os termos e as condições previstas nos contratos de despesa celebrados para consecução de suas atividades, considerando a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, sobre a existência de características similares ou em circunstâncias similares para aplicação da referida norma.

Nesse contexto, o contrato de aluguel do imóvel utilizado pela IMA como sua sede, apresentou as características de arrendamento, tendo efetuado o adequado registro contábil.



A composição dos saldos dos ativos e passivos de arrendamento são:

2022					
Ativo de arrendamento	Custo	Amortização acumulada	Descontos a apropriar	Líquido	% taxa mensal de amortização
(i) Imóvel	225.241	(37.540)	-	187.701	16,67%
(ii) Imóvel	1.462.000	(215.000)	(36.120)	1.210.880	2,78%

Passivo de arrendamento	Custo	Desconto obtido	Pagamentos	Saldo a pagar em 31/12/2022
(i) Imóvel	225.241	-	-	225.241
(ii) Imóvel	1.462.000	(60.200)	(153.940)	1.247.860
			Circulante	699.101
			Não circulante	774.000

O montante dos pagamentos mínimos estimados são:

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
(i) Imóvel	225.241	-	-
(ii) Imóvel	491.288	1.452.480	-

Os arrendamentos estão registrados pelo valor original do contrato, no ativo e no passivo, e as atualizações monetárias e descontos obtidos estão registrados no resultado do exercício.

- (i) O contrato de aluguel do imóvel tem vigência até 31/05/2023.
- (ii) O contrato de aluguel do imóvel tem vigência até 31/05/2025, com reajustes anuais pelo IPCA-IBGE, podendo ser renovado de acordo com o interesse das partes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberam por cancelar o saldo de 1.612.357 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 cada ação, em decorrência do fim do prazo de 48 meses para integralização ao capital social, e em decorrência, o saldo de capital a integralizar, de R\$ 1.612.357 foi revertido conforme se observa na Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido.

21.2 Conforme mencionado na nota explicativa n  01, o Município de Campinas transferiu para a IMA, 32 (trinta e dois) terrenos no valor total de R\$ 118.667.758 para fins de integraliza o e aumento do capital social, sendo contabilizado inicialmente   conta de Reserva de Capital no Patrim nio Líquido, em contrapartida   conta Terrenos no Ativo Não Circulante, como Propriedade para Investimentos (vide nota explicativa 8). Em 08 de janeiro de 2021, foi realizada a averba o de 31 (trinta e um) terrenos no 2  Cartório de Registro de Imóveis de Campinas no valor de R\$ 115.471.946, e com esse fato, houve o aumento do capital social da IMA, com a emissão de 115.471.946 a oes ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada a ao, detidas pela acionista Prefeitura Municipal de Campinas. Desta forma, o capital social da IMA passou a ser de R\$



156.681.499, a partir de 08 de janeiro de 2021 e em 07 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram por unanimidade em não integralizar o terreno de matrícula 74850 no valor de R\$ 3.195.812, devido a não averbação no cartório, sendo estornado o respectivo saldo, das contas de Reserva de Capital e de Propriedade para Investimentos (ANC).

A composição da participação acionária tem seguinte distribuição:

Acionistas	2022		2021	
	Qtd. Ações	%	Qtd. Ações	%
Prefeitura Municipal de Campinas	155.025.396	99,9718	155.025.396	99,9718
Município de Valinhos	16.286	0,0105	16.286	0,0105
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.	9.416	0,0061	9.416	0,0061
Companhia de Habitação Popular de Campinas	7.155	0,0046	7.155	0,0046
Hospital Municipal Doutor Mário Gatti	7.155	0,0046	7.155	0,0046
Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas	3.734	0,0024	3.734	0,0024
Total de ações integralizadas	155.069.142	100,000	155.069.142	100,000

O capital social da IMA é composto por ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 por ação.

22. PREJUÍZOS ACUMULADOS

22.1 Ajustes de exercícios anteriores

Com referência a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os ajustes de exercícios anteriores contabilizados no exercício foram:

- Em 2021, ocorreram os estornos parciais de PIS R\$ 13.085 e COFINS R\$ 42.884 da competência de janeiro de 2017, referente a PERD COMP 25851.56749.220217.1.3.02-8503, não homologada integralmente pela RFB, conforme Despacho Decisório 2977049, de 07/12/2020, que resultou em ajuste devedor.
- Em 2021 foi realizada a adequação do sistema de folha de pagamentos para apuração do cálculo da desoneração sobre os encargos previdenciários da provisão de férias e de adiantamento de férias, resultando em ajuste credor líquido de R\$ 413.403.
- Com base no artigo 168 do Código Tributário Nacional (CTN), os valores baixados em 2022, competência exercício 2016 incorreram no prazo decadencial de 5 anos.
- Refere-se a declaração de inexigibilidade da contribuição social previdenciária da cota patronal sobre salário maternidade, aviso prévio indenizado, auxílio doença e auxílio creche no montante atualizado de R\$ 943.816 e registrado o direito à compensação/restituição no Ativo Circulante.

Segue a composição dos valores:



	<u>Competências</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ	2016	(23.404)	-
CSLL	2016	(13.242)	-
Cofins	2017	-	(42.884)
Pis	2017	-	(13.085)
Provisão de férias	-	-	453.026
Adiantamento de férias	-	-	(39.622)
Contribuições previdenciárias	2011 a 2022	939.025	-
Total		902.379	357.435

No final dos exercícios de 2022 e 2021, os saldos da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, foram transferidos para a conta de Prejuízos Acumulados.

23. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta	100.810.029	88.063.452
ISSQN	(2.864.218)	(2.667.101)
COFINS Diferida	(2.764.376)	(2.429.183)
ICMS Telecomunicações	(1.325.913)	(1.447.865)
PIS Diferida	(598.948)	(526.323)
COFINS	(252.338)	(209.112)
PIS	(54.673)	(45.308)
ICMS sobre vendas de produtos	(382)	(219)
Cancelamento de Serviços	(538.626)	(242.410)
Receita líquida	92.410.555	80.495.931

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal	21.141.697	19.018.507
Material	133.749	78.306
Serviços de terceiros	1.766.694	1.059.534
Gerais	1.767.034	1.562.126
	24.809.174	21.718.473

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Locação de imóvel	-	40.837
IPTU-PMC-devolução (i)	63.097	-
Outras	7.642	6.125
Total de outras receitas	70.739	46.962
Baixa de bens do imobilizado	(181.292)	(16.252)
Total de outras despesas	(181.292)	(16.252)
Resultado outras receitas/despesas	(110.553)	30.710

- (i) Trata-se da devolução do valor de IPTU pela Prefeitura Municipal de Campinas, relativo aos terrenos do Parque Tecnológico dada concessão de isenção, conforme art. 6º da Lei Municipal nº 4.635/76, em atendimento a decisão 5315076 (DOM de 31/03/2022) e decisão de recurso 3ª Câmara – JRT 6322694 (DOM de 28/02/2022).

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita sobre aplicação financeira	158.932	63.018
(i) Variação monetária ativa	126.700	13.869
(ii) Descontos obtidos	24.662	92.117
Total das receitas financeiras	310.294	169.004
(iii) Juros sobre acordo cível	(1.027.088)	(295.887)
(iv) Variação monetária impostos	(554.190)	(359.148)
(iii) Variação monetária sobre acordo cível	(545.356)	(244.766)
(v) Variação monetária passiva	(283.290)	(35)
(vi) Variação monetária com arrendamento	(183.376)	(141.128)
Impostos sobre operações financeiras	(79.991)	(10.190)
(vii) Multas com impostos	(68.192)	(205.369)
(vii) Juros - tributos e contribuições	(38.426)	(35.010)
Tarifas bancárias	(15.264)	(11.832)
Taxa intermediação financeira	(531)	-
Descontos concedidos	(82)	(157)
Juros - fornecedores	(77)	(366)
Total das despesas financeiras	(2.795.863)	(1.303.888)
Resultado financeiro líquido	(2.485.569)	(1.134.884)

- (i) Decorrentes, principalmente, sobre os tributos a recuperar e sobre depósitos judiciais.
- (ii) Descontos obtidos principalmente com a locação do imóvel da sede da IMA.
- (iii) Juros e variação monetária sobre acordo cível com a IBM.
- (iv) Variação monetária sobre os parcelamentos tributários.
- (v) Estorno variação monetária sobre depósito judicial levantado pela União - Proc. Papel Imune.
- (vi) Variação monetária com arrendamento do imóvel sede da IMA, conf. NBC-TG 06 (R3).
- (vii) Juros e multas sobre contribuições previdenciária patronal e PIS (ajuste 2017).



27. RECEITA DIFERIDA

Trata-se da primeira parcela do recurso recebido em 15 de dezembro de 2022, proveniente do Convênio Finep nº 542/22, que tem por objeto a transferência de recursos financeiros, não reembolsável, para a execução do Projeto intitulado “Implantação do Parque Tecnológico de Campinas”.

Composição do saldo: recurso recebido R\$ 2.214.000 mais variação monetária de R\$ 9.875, total de R\$ 2.223.875. Registrado como Receita Diferida no Passivo Não Circulante.

28. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a IMA mantém contratação de seguro para o imóvel locado onde se localiza a Sede da empresa, em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. O valor segurado foi definido pela Administração em função do valor de mercado. Modalidade: prédio e conteúdo, sendo o valor segurado para danos materiais e outras despesas em R\$ 33.609.488 e para lucros cessantes em R\$ 7.000.000.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em janeiro de 2023 foi realizada a avaliação dos terrenos do Parque Tecnológico, conforme Laudo Avaliação Imobiliária emitido pela área de Avaliação Patrimonial da Prefeitura Municipal de Campinas. A avaliação apresentou ganho de R\$ 46.215.154, proveniente de avaliação ao valor justo de propriedade para investimentos. Esse montante foi registrado no resultado de janeiro de 2023, conforme determina o item 35 da NBC-TG 28 (R4).
- b) Em 02 de março de 2023 a IMA requereu e foi deferido pela Receita Federal do Brasil – RFB o parcelamento simplificado das contribuições previdenciárias patronal referentes às competências de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 que estavam em atraso. O valor total de R\$ 2.048.468 em 60 parcelas, com vencimento da primeira parcela para 03/03/2023, no valor de R\$ 34.141.

Diretoria

Elias Tavares Bezerra
Diretor Presidente

Adriana Alves Martins
Diretora Administrativa e Financeira

Rodolfo Cover de Santi
Diretor de Inovação e Desenvolvimento

Michelle Cristiane Lopes
Diretora de Operações de Polo Tecnológico



Conselho de Administração

Aurílio Sergio Costa Caiado

Presidente

Maurício De Lazzari Barbosa

Membro

Tiago Ferraz de Arruda e Aguirre

Membro

Vanessa Viana Lima

Membro

Elias Tavares Bezerra

Membro

Wanderley de Almeida

Membro

Ary James Pissinatto

Membro

Maurilei Pereira

Membro

Conselho Fiscal

Luiz Carlos Vidal e Silva

Presidente

Christiano Biggi Dias

Membro

Heber Gomes do Sacramento

Membro

Renato Niveo Guimarães Mesquita

Membro

João Ayres Rabello Filho

Membro

Contadora

Ana Maria Cardoso de Oliveira Moraes

CRC-SP 1SP248339/O-1



INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

Avenida Benedito de Campos, nº 853 - Bairro Jardim do Trevo - CEP 13030-100 - Campinas - SP

Inf. Mun. Assoc./IMA-DP/IMA-DP-GJ

PARECER

Campinas, 21 de março de 2023.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Informática de Municípios Associados S/A – IMA representado pelos membros que este subscrevem, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo artigo 163, da Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, examinou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Fluxo de Caixa e as Mutações do Patrimônio Líquido, complementados por Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, bem como o Relatório de Administração. Considerando-se que a documentação examinada está formalizada em termos que traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira; as verificações procedidas se assentaram basicamente em análises realizadas nos balancetes, avaliação de dados disponibilizados, informações e esclarecimentos prestados pelos órgãos diretivos, seguido do relatório apresentado pela auditoria independente – Sacho Auditores Independentes S/S; somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Geral desta companhia.

Campinas/SP, 20 de março de 2023.

Conselho Fiscal**Luiz Carlos Vidal e Silva**

Presidente do Conselho Fiscal

Heber Gomes do Sacramento

Membro do Conselho Fiscal

Christiano Biggi Dias

Membro do Conselho Fiscal

Renato Nívio Guimarães Mesquita

Membro do Conselho Fiscal

João Ayres Rabello Filho

Membro do Conselho Fiscal



Documento assinado eletronicamente por **Heber Gomes do Sacramento, Usuário Externo**, em 21/03/2023, às 16:36, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Vidal e Silva, Usuário Externo**, em 21/03/2023, às 16:36, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **João Ayres Rabello Filho, Usuário Externo**, em 21/03/2023, às 16:50, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO BIGGI DIAS, Secretario(a) Municipal**, em 21/03/2023, às 17:16, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Níveo Guimarães Mesquita, Usuário Externo**, em 21/03/2023, às 17:27, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **7698964** e o código CRC **6C71EED9**.